

Ata da Sesma Sesos Ordinaria do  
 Primeiro periodo legislativo da Câmara  
 Municipal de Lobo, no, realizado no dia  
 13 (trez) de maio do ano de 2007 (de-  
 mil e sete).

As duas horas do dia 13 (trez) de ma-  
 io do ano de 2007 (de- mil e sete) sob a Presidência do Vereador Suplente do grupo  
 de Unidos e com a presença do Primeiro Vereador "ad hoc" pelo Vereador Luis  
 Schreindt Kurillo, vereador e Ordinariamente a Câmara Municipal de Lobo, no.  
 Com a presença, responderam a chamada regimental os seguintes vereadores: Suplente  
 Silva de Azeite, Alexandre Luis San' Anna, Alfredo Luiz Navarro Gonçalves, Américo  
 Vítor Thomaz Júnior Júnior do Grupo Unidos, José Carlos Simões de Lobo, José  
 do Espírito Santo de São Anna e Júlio Rodrigues da Silva. Havendo reunido a  
 regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sesos em nome de Deus,  
 e depois, foram lidas e aprovadas as seguintes: Ata da Oitava Sesos Extra-  
 ordinaria do primeiro periodo legislativo, Ata da quinta Sesos Extraordinaria do pri-  
 meiro periodo legislativo e Ata da Seta Sesos Ordinaria do primeiro periodo  
 legislativo. E depois, o Senhor Presidente, após o cumprimento do rito regimental  
 rolou a ordem do dia e passou a ler a seguinte: Projeto de Resolução que trata do  
 seguinte: Projeto de Resolução nº 19/2007 - Câmara Municipal de Lobo, no, apunha para  
 minha exemplares dos autos resultantes de processos aprovados por esta Câmara Municipal  
 fixa, sanccionados e julgados no termo da da Organiza Municipal, de nº:  
 1.983 a 1.993 de 14 de fevereiro de 2007. Resolução nº 016/2007 - Vereador Ju-  
 lio do Espírito Santo, grupo: requer a Jureta Navarro de ser retirado informado  
 quanto ao respeito de novalhes para o Município de Lobo, no em razão de pos-  
 sível emancipação do 2º Distrito - Jureta. Resolução nº 017/2007 - Vereador Ju-  
 lio do Espírito Santo, grupo: requer a remoção de embarcações de pesca noturnas  
 do Canal do Estuário, no trecho compreendido entre o ponto Sítio da Moura e o ru-  
 do Canal do Estuário. Resolução nº 008/2007 - Vereador Américo Vítor Thomaz Júnior do  
 grupo Unidos para ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal o maior humano e tratamento da  
 travessa Espírito de São, no Bairro Jardim Esperança. Terminada a leitura do ex-  
 pediente, o Senhor Presidente tranqueou o livro das Atas e depois, em nome de Deus,  
 a Tribuna como primeiro Vereador ordinario, o Vereador Suplente do grupo Unidos, que  
 após as conclusões de praxe, remontou sobre o expediente de uma agenda para

mãe e padroeiro ocorrido em São Pedro da Aldeia, destacando a necessidade de uma reflexão acerca do papel do cidadão na sociedade. Posteriormente, falou sobre reunião com o Comitê pro-emancipação de Tumeroz, ressaltando que por ter participado daquela reunião e diante disso que entendeu que o movimento de reivindicação da sociedade, ou seja, da comunidade de Tumeroz era legítimo e considerava sem sentido tais processos reunirem na rua, em terreno baldio e/ou locais que havia inúmeros espaços públicos que poderiam ser utilizados por tais cidadãos além que o nome representativo do poder visava que após o laço de uma visita, o vereador não era vereador apenas de sua cidade, mas do conjunto do município e de todos os municípios, assim, era obrigatório ouvir a população de qualquer segmento. Nesse, seu discurso disse que não havia nenhuma possibilidade de ouvir o elemento do Segundo Distrito, visto que na ocasião da emancipação de Tumeroz, houve o deslocamento da população daquela região pertencendo estar envolvida no processo de emancipação. Quando disse que em qualquer mundo globalizado e até pelo próprio discurso de São Paulo, de que não poderia perder parte do Segundo Distrito para o município de Tumeroz, o que levou a disputa da região de Terra do Açúcar. Tal fato levou a conclusão de que o Segundo Distrito é que deveria ter todo o direito que implicaria São Paulo para um novo tempo. Disse que jamais aquela região seria beneficiada por tais reuniões e ainda, que na realidade há nos equívocos relacionados àquela comunidade, uma vez que até mesmo o próprio Prefeito em seus discursos sempre se do Segundo Distrito. Disse, que era contrário a qualquer movimento que pudesse fazer prejuízo a São Paulo, mas era favorável a jurisdição da melhoria de vida da região como medida e do plano acerca da emancipação, e ainda, afirmou que nada novo do era realizado sem que houvesse anteriormente um entendimento, assim era imprescindível a discussão acerca do tema. Adiante, ressaltou que com presença que São Paulo não deveria se afastar da discussão sobre a emancipação de Tumeroz, sob o risco de ser atropelado, em virtude de que havia uma aceleração no andamento do Emenda Constitucional nº 32/2003, que modificava a redação dada pelo Emenda 15/2006 e que acelerava para todo país o processo de emancipação. Disse ainda, que se a emancipação de Tumeroz não se anularizasse pelo Emenda Constitucional 33, por isso se deveria não judicial como por o caso de Resquetá e de São Eduardo Magalhães, na Bahia, falou da importância de que o legislativo estadual tivesse

embaixo na discussão sobre a emancipação, enfatizando que os adeptos daquela plateia não poderiam ser tratados como inimigos de São Paulo. Continuando, discorreu sobre o pronunciamento do deputado Estadual Blair Lovick à Tribuna da Paraíba, destacando que se lembra "prescritivo" na voz do deputado que propôs o abastecimento imediato de água do Submunicípio para as famílias do bairro do Aço, visto que os moradores do Alto Paulista poderiam ter outros recursos, até porque a água do Submunicípio já era destinada para o abastecimento daquela região. Disse, que como deputado não estava à disposição do deputado, voluntário que o mesmo também o respaldasse em sua opinião quanto o processo de emancipação do Segundo Distrito, tratando a questão com a grandeza que o seu merecia. Disse, que estava enviando um requerimento à Secretaria Nacional do Petróleo, no sentido de que fosse avaliado o impacto financeiro para São Paulo caso houvesse o concretização da emancipação, e mais, disse que através de um conjunto o questionário de emancipação poderia ser resolvido sem qualquer fonte litigada, no que marcou sua fala. E requir, ocupar o tempo e virado.

Amunary Galvão Thomas Júnior que inicialmente revidou a todos os presentes, destacando a importância de que a Assembleia apresentasse o assunto do que foram das fides do popular. E requir, revidou em especial os representantes do movimento de emancipação do Segundo Distrito, destacando que tal fato deveria ser muito bem analisado. Disse, que a emancipação do Segundo Distrito era um ato crucial para aquela comunidade de, caso não houvesse muita cautela, até porque havia municípios que viviam "de cima na mão", após anos de emancipação implorando por verbas para se manterem em suas necessidades básicas. Enfatizou e requir, que havia e emitiu a de que acabassem os royalties do petróleo e caso houvesse emancipação platocada pelo Segundo Distrito daquela comunidade não seria como se fosse nem mais recursos. Disse, que os direitos de emancipação, não deveriam ser discutidos visto que todos eram sabedores que ele próprio era favorável a liberdade total, negando, disse que o desrespeito do vereador Saneamento, por este não ser favorável a emancipação, caso o mesmo estivesse à frente de votar como foi o caso de Blair Lovick por ocasião da emancipação de Curral do Lago. Reclamou questionar a comunidade do Segundo Distrito quanto à responsabilidade de uma emancipação, firmando que todos eram culpados quanto o aumento de impostos de emancipação daquela comunidade. Disse, que o Segundo Distrito tinha necessidade de quase tudo e todos os políticos de esquerda de marcadamente não responderam, até mesmo o Governador do qual foi integrante o vereador Saneamento, e requir, que o Prefeito Saneamento tentava culpar a todos, visto que era o Governador

J

que mais invade no Segundo Distrito. Disse, que o momento era de reflexão, no sentido de que o movimento de emancipação não podia ser pensado artificialmente, e que a divisão não era necessária e enfatizou: "não se pode levar ao monte o que sempre sustentou a vida". afirmou, que os moradores do Segundo Distrito, bem como o deputado estadual não deviam impedir o processo de emancipação que poderia inviabilizar toda uma comunidade e que deviam ser atitudes não as reivindicações de grupos, mas da coletividade. Em aparte, disse o vereador Júnior dos Santos Mendes, que com relação aos investimentos feitos pelo Governo José Bonifácio havia um tempo oportuno para que fossem feitos os cálculos quanto a propagação do crescimento de cada governo. Disse ainda, que em sua política jamais deixaria dúvidas com relação a sua palavra e seu posicionamento e que inclusive já voltara muito em decorrência de manter-se coerente com sua linha de pensamento, mas que acumulara sempre reservas pelo equilíbrio em propósito que norteavam o seu posicionamento político afirmando a palavra do vereador Amaury Valério, disse que conheceu a postura política do vereador Júnior Mendes e estava no mesmo lado que o mesmo, porém, quando falava de posicionamento do vereador de oposição, era em atitude de que todos sabiam o que significava e comprometimento a emancipação do Segundo Distrito. A seguir, em aparte disse o vereador Jordan Cândido de Azevedo, que discordava do orador quando o mesmo tirava a responsabilidade dos governos anteriores e atribuía a culpa pela insatisfação da comunidade do Segundo Distrito aos vereadores locais que fora o único que mais invadia naquela comunidade. Disse, que havia inúmeras soluções de benfiterias para o Segundo Distrito dele próprio, que inclusive era morador daquela localidade e de diversos vereadores no caso de registro. Afirmando a palavra, o vereador Amaury Valério disse que o vereador Jordan Cândido havia interpretado mal suas colocações e quando dizia: "não se refiro a todos os governos e que o atual chefe do Executivo sempre havia investido cerca de trinta milhões de reais no Segundo Distrito durante, que não era necessário ser morador do Segundo Distrito para saber sobre as necessidades de seus moradores, assim, todos, inclusive o vereador Jordan era responsável pela insatisfação do Segundo Distrito e deviam ser a grandza de admitir o fato. Falou da necessidade de uma profunda reflexão quanto a emancipação do Segundo Distrito, para

que caso tal pleito fosse considerado, o local pudesse se sustentar com suas próprias  
 finanças, no qz, em relação ao pleito. Não havendo mais Orçamentos imbuídos para o uso  
 da tribuna, o Senhor Presidente ordenou os trabalhos para a Ordem do Dia. Neste  
 etípio, foi aprovado o Parecer Favorável do Conselho de Induções local nos seguintes  
 projetos: projeto de lei n: 009/2006, projeto de lei n: 015/2006 - Remoção n: 12/2006  
 projeto de lei n: 023/2005, projeto de lei n: 030/2006 - Remoção n: 53/2006, projeto de  
 lei n: 008/2006, projeto de lei n: 041/2006 e projeto de lei n: 042/2006. Foi aprovado o  
 Parecer Favorável do Conselho de Remoções e foi feita no seguinte projeto: projeto  
 de lei n: 014/2007, projeto de lei n: 017/2007, projeto de lei n: 019/2007 e projeto de  
 lei n: 021/2007 - Remoção n: 13/2007, sendo encaminhado a seguir, para a  
 comissão de políticas públicas para que a mesma emita parecer em prazo regimental,  
 com respeito ao projeto de lei n: 021/2007 - Remoção n: 13/2007 que se encaminhado  
 do para o Conselho de Finanças, Orçamentos e Arrecadação para que a mesma emita  
 parecer em prazo regimental ao projeto de lei n: 016/2007, e 017/2007 e a Induções n: 008/2007. Nada mais  
 havendo a falar, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de  
 Deus, para com os mundos que se lavarem o presente dia, que depois de tudo, sobre  
 tudo e aprovação unânime, agradeço para assinada para que se produza sempre  
 as leis.

↑  
 ↑  
 ↑

Ata da Primeira Sessão Ordinária  
 da Câmara Municipal de Lagoa  
 do ano de 2007 (deixar mil e sete).

Às dez e meia horas do dia 15 (quinze)  
 de março do ano de 2007 (deixar mil e sete) sob a presidência do Vereador  
 Geraldo Dias de Azevedo e com a ocupação da Primeira Secretária "ad hoc" pela  
 Vereadora Kelly Schmidt Perillo, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal  
 de Lagoa. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes  
 Vereadores: Alfredo Luiz Pequeno Gonçalves, Amury Valério Thomas Júnior, João  
 dos Santos Mendes e Valdir Rodrigues da Silva havendo número regimental  
 o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E seguiu